

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI
Série ANTROPOLOGIA

GOVERNODOBRASIL

Presidente da República - *Luiz Inácio Lula da Silva*

Ministro da Ciência e Tecnologia - *Roberto Amaral*

Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG

Diretor - *Peter Mann de Toledo*

Diretor Adjunto de Pesquisa - *Ima Célia Guimarães Vieira*

Diretor Adjunto de Difusão Científica - *Antonio Carlos Lobo Soares*

Comissão de Editoração - COED

Presidente - *Lourdes Gonçalves Furtado*

Editores Associados - *Lourdes Gonçalves Furtado* (Antropologia)

Nilson Gabas Jr. (Linguística)

Fernando L. Tavares Marques (Arqueologia)

Editora Chefe - *Iraneide Silva*

Editoras Assistentes - *Socorro Menezes, Angela Pizzani*

Bolsista - *Andréa Pinheiro*

CONSELHO CIENTÍFICO

Consultores

Adélia de Oliveira Rodrigues - Museu Paraense Emílio Goeldi

Arion Dall'Igna Rodrigues - Universidade de Brasília

Betty J. Meggers - Smithsonian Institution

Carlos de Araújo Moreira Neto - Museu do Índio

Dorath Pinto Uchôa - Instituto de Pré-História/USP

Igor Chmyz - Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas

João Batista B. Pereira - Universidade de São Paulo

Luís de Castro Faria - Museu Nacional/UFRJ

Lux Vidal - Fac. Filos. Letras e Ciênc. Humanas/USP

Maria Conceição Moraes C. Beltrão - Museu Nacional/UFRJ

Roberto Cardoso de Oliveira - Universidade de Campinas

Roberto da Matta - Museu Nacional

Ulpiano Bezerra de Menezes - Universidade de São Paulo

Walter Alves Neves - Universidade de São Paulo

Yonne de Freitas Leite - Museu Nacional/UFRJ

ISSN 0522-7291

Ministério da Ciência e Tecnologia
Museu Paraense Emílio Goeldi

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi

Série
ANTROPOLOGIA
Vol. 18(1)

Belém - Pará
Julho de 2002



MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI

Parque Zoobotânico – Av. Magalhães Barata, 376 (São Braz)

Campus de Pesquisa – Av. Perimetral, 1901 (Terra Firme)

Caixa Postal 399. CEP 66040-170 - Belém - Pará - Brasil

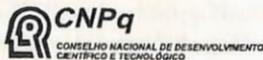
Fones: (55-91) 219-3317, 217-6000. Fax: (55-91) 249-0466

<http://www.museu-goeldi.br>

O Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia foi fundado em 1894 por Emílio Goeldi e o seu Tomo I surgiu em 1896. O atual *Boletim* é sucedâneo daquele.

The *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* was founded in 1894, by Emilio Goeldi, and the first volume was issued in 1896. The present *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* is the successor to this publication.

Financiamento:



CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PESQUEIROS REAIS & PONTOS DE PESCA. TRAÇOS DA TERRITORIALIDADE HALIÊUTICA OU PESQUEIRA AMAZÔNICA

Lourdes Gonçalves Furtado¹

RESUMO – Este texto traz reflexões sobre o significado social de pesqueiros, enquanto zonas de atuação de pequenos produtores da pesca, que vêm desde o período pré-colonial até o presente, com o intuito de chamar a atenção para a importância que têm para as famílias ribeirinhas que deles dependiam e dependem, para o mercado consumidor dos centros urbanos e para o meio ambiente. Numa perspectiva de uso e gestão de recursos, procura-se definir algumas áreas de pesca construídas e trabalhadas por pescadores tradicionais ribeirinhos, estuarinos e marítimos, e valorizá-las, a partir da lógica interna dos contextos socioculturais envolventes.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil, Amazônia, Período colonial, Pesca em pequena escala, Pesca tradicional, Territórios pesqueiros, Organização social.

ABSTRACT – This text contains reflections about the social meaning of traditional fishing territories as working zones of small scale fishermen, who come from the pre-colonial period, passing by the colonial period until the present, in order to call attention to how important they are to the families that depend on them, to the market of the urban centers and to the environment. In a perspective on use and management of resources, we try to define some fishing areas constructed and worked by traditional “ribeirinhos”, “estuarinos” and maritime fishermen and value them from internal logic of sociocultural involved context.

KEY WORDS: Brazil, Amazon, Colonial period, Small Scalle Fishing, Traditional fishing, Fishing territories, Social organization.

¹ MCT-Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Ciências Humanas. Pesquisador titular. C.P. 399. Cep 66040-170, Belém-PA. Tel: (55-91) 2176026. lgfurtado@museu-goeldi.br

OBJETIVOS, MATERIAIS E MÉTODOS

Tendências desenvolvimentistas e ambientalistas factíveis em segmentos de gestão buscam, atualmente, estabelecer unidades de conservação ou áreas de proteção ambiental (APAs) no sentido de garantir e proteger recursos naturais e territoriais. Certamente seus objetivos são meritórios, mas ao definir e classificar estas zonas é crucial se estar atento para o significado social destas áreas para não se correr o risco de excluir ou incluir inadvertidamente territórios que carecem de uma melhor avaliação e caracterização. Outras vezes, certos segmentos da sociedade amazônica classificam áreas como “não-nobres” ou “sem valor” quando estas, justamente ao contrário, são territórios valorizados econômica e socialmente pelas populações nativas que deles dependem.

Uma concepção errônea ou inadequada quanto ao status e ao valor desses territórios, sejam marítimos, ribeirinhos, insulares, lacustres ou estuarinos, pode vir a comprometer os seus destinos, privando as populações de seu uso, e expropriando-os (os territórios) de seus valores simbólicos e econômicos para as comunidades humanas. Pode vir a desencadear ou acirrar conflitos sociais, por perda ou reintegração de territórios. Nos territórios que envolvem ecossistemas aquáticos e respectivos usos, ocupação e posse territorial, o processo conflitivo é semelhante aos relacionados à terra. A literatura antropológica e a sociológica têm indicado situações desse tipo (Furtado 1987; Furtado & Nascimento 1998; Furtado 1993; Ibama/Projeto Iara 1995).

Esse quadro de possibilidades motivou a elaboração deste artigo, cujo objetivo geral é rever o conceito de *pesqueiros* a partir de um corte diacrônico, para a compreensão atual de áreas e manejo de ambientes aquáticos. De modo específico, indicar os *pesqueiros*, sua função e significado para a região.

Textos bibliográficos e documentos manuscritos, teses, entrevistas e pesquisas de campo nas regiões do litoral paraense, estuário amazônico e médio rio Amazonas são as fontes que serviram de base para o presente artigo.

ANTECEDENTES

De início, é necessário se estabelecer um conceito sobre o termo *pesqueiros* e seus respectivos qualificativos *reais* e *artesanais*, para evitar confusões e apreensões inadequadas sobre suas realidades, no passado e no presente.

Quando se realizava pesquisa sobre a história da pesca na Amazônia e particularmente no Pará, entre os anos 70 e 80, deparou-se com a necessidade de se identificar e localizar áreas culturais de pesca que pudessem refletir relações sociais e processos de manejo do meio ambiente, durante o período colonial, isto é, entre o período de instalação da soberania portuguesa na Amazônia em 1616 até primórdios da independência brasileira, aderida pelo Pará em 1823.

As referências bibliográficas em Rodrigues Ferreira (1972), Baena (1839, 1969), Goeldi (1900) e Veríssimo (1970) acenam para a diversidade de áreas pesqueiras ainda que de forma não rigorosamente recortada, considerando a Amazônia como uma área “vencionada” para as lides da pesca, em virtude de sua reconhecida biodiversidade e condições físico-geográficas.

A variedade de mananciais – rios igarapés, furos, córregos, lagos, baías, enseadas, costeiros, banhados, igapós, campos inundáveis, paranás, estuários, fundamentam a piscosidade singular dessa região, alvo de demandas e esforços de captura por parte de diferentes segmentos econômicos da sociedade regional e nacional que praticam a multipesca. Esses mananciais, entretanto, não constituem *in totum* áreas dessa demanda social senão partes deles, ou recortes territoriais socialmente bem definidos. Isto significa que tais territórios são *construídos* segundo os saberes nativos ou o etnoconhecimento, e as motivações dos segmentos sociais pesqueiros que habitam a região em áreas continentais e insulares, ou dos que nelas investem, como pescadores de subsistência, pescadores comerciais e pescadores atravessadores de peixe.

O recorte das áreas pesqueiras ou a definição nativa de um determinado espaço de pesca, dentro desses respectivos mananciais, no período colonial é atestado por referências documentais manuscritas que indicam a denominação de *pesqueiros* e a forma de gestão. Na época eram administrados pela Fazenda Real e/ou por Missões Religiosas, por isso ganharam a denominação de *Pesqueiros Reais*.

Embora sem uma localização precisa e alguns até sendo contestados por certos autores quanto à sua estruturação e data de instalação (Furtado 1981: 8-9), esses *pesqueiros* revelaram-se de grande importância para a economia regional como fonte de alimento e reserva de biodiversidade íctica. Nesse *mister* a participação da mão-de-obra indígena foi larga e estrategicamente empregada através das *Campanhas de Pesca*, expedições controladas pelo governo da época. Os índios eram hábeis canoeiros e detinham um enorme conhecimento do meio ambiente de floresta de zona costeira, útil para o colonizador. Nada melhor então que utilizá-los no manejo do meio ambiente, de onde fluía os recursos necessários a despesas do governo em relação à administração de vilas e povoados, pagamento de tropas e outras despesas. Na época o peixe, principalmente a tainha (*Mugil brasiliensis*) tinha um reconhecido valor de troca.

Um estudo pioneiro sobre estes *pesqueiros* encontra-se em Furtado (1981: 5-33) como parte de um estudo mais geral, sobre a história da pesca na Amazônia, no qual a autora descreve os primórdios da pesca no Pará, os fatores que incentivavam a pesca na região e os mecanismos de controle das pescarias no Pará. Estudo que, mais tarde, gerou motivações em outros pesquisadores alhures e posteriores citações sobre os *pesqueiros reais* amazônicos (Silva 1988).

Agora, o tema sai em nova viagem trazendo novos dados que poderão propiciar estudos comparativos entre o passado e o presente da atividade pesqueira em águas amazônicas; contribuir para a relativização de conceitos sobre territorialidade em ecossistemas aquáticos e para identificação de novos *pesqueiros* e suas respectivas funções, uso social e conservação.

Isto significa pensar que os *pesqueiros* são, num sentido, *função* e *substância* das condições geofísicas dos mananciais, independentemente de local, estrutura e gestão. Num outro sentido, são *construções socioculturais* possibilitadas pelo saber empírico das populações haliêuticas, que têm sua base econômica assentada no manejo da pesca e da coleta em ambientes costeiros e ribeirinhos da região, pela tecnologia tradicional e pela dinâmica demanda social de povoados, vilas e cidades de pequeno e médio portes.

Assim concebido, *o pesqueiro* ou *os pesqueiros* têm uma continuidade que não se esgota no período colonial, mas perpassa-o, alcançando o presente com outras denominações, novas localizações, estruturas, formas de gestão, novos esforços de captura e novos significados. Não se deve esquecer, entretanto, que nos períodos pré-coloniais, remontando o passado pré-histórico da região, esses pesqueiros já existiam. Essa existência é revelada pelas primeiras formas de manejo aquático de grupos humanos pré-históricos, atestadas pelos achados arqueológicos em *sambaquis* fluviais e litorâneos na região amazônica, em particular no nordeste do estado do Pará (Simões 1982, Roosevelt 1992 e Pereira 1996).

Em recente conferência sobre as origens pluriétnicas da população Amazônica (Furtado 2000), enfatizou-se a presença da pesca como atividade de subsistência no período pré-colonial, cujas evidências são atestadas por testemunhos arqueológicos datados através de testes de Carbono 14 (C_{14}), por arqueólogos nacionais e estrangeiros, destacando-se os do Museu Paraense Emílio Goeldi. Grupos primitivos da região habitaram ao longo dos rios e igarapés, lagos e litoral, retirando dos mananciais os recursos para subsistência, os quais certamente encontravam-se em áreas então selecionadas por esses grupos primevos, isto é, áreas com potencial pesqueiro, configurando sítios de pesca análogos aos pesqueiros contemporâneos.

Desse passado pré-histórico, atravessando pelo período colonial da história da Amazônia até o presente, este artigo enfatiza as características, o papel e as formas de gestão dos *pesqueiros* ou locais de pesca efetiva que, na atualidade, são definidos como “pontos de pesca”, ou *pesqueiros* artesanais identificados, definidos e manejados por pescadores “artesanais” ribeirinhos e costeiros, diferenciando-se, entretanto, dos pontos ou *pesqueiros* manejados pela moderna frota industrial.

A região amazônica concebida como uma das singulares áreas úmidas do planeta, naturalmente apresenta uma variedade de mananciais em cujos *corpus d'água* encontram-se determinados locais que possibilitam de fato a pesca tradicional, mesmo que a legislação pesqueira e outros segmentos socioeconômicos passem ao largo ignorando-os, colocando restrições ao seu uso e interditos. Entretanto, os pescadores motivados pelas demandas sociais e colocados no saber empírico atingem esses locais, circunscrevendo-os como *pontos de pesca*, intervindo com esforços e instrumentos de captura que devem ser avaliados e monitorados pelo Estado e organizações de pescadores, considerando a relação custo/benefício ao homem e ao meio ambiente, visando à *sustentabilidade* dos recursos manejados e o atendimento das demandas sociais.

OS PESQUEIROS E O CONTEXTO AMBIENTAL

É inegável a piscosidade região amazônica que, em sua diversidade de ambientes permitem a intervenção haliêutica, em águas costeiras, estuarinas e interiores. Como resultado, *pesqueiros* ou *pontos de pesca* estão presentes como referência dos saberes tradicionais, e como *construções* socioculturais mais que determinações ambientais.

Em se tratando de águas costeiras, tem-se um total aproximadamente de 1.151 km de litoral desde o Amapá até ao golfo maranhense, destacando-se 589 km de costa no Amapá e 562 km no Pará, suficientes para atrair o acesso de mais de 200.000 pescadores paraenses, sem contar com um mar territorial de 200 milhas, que

dispõe de um potencial pesqueiro ainda que não definido. Estas áreas mantêm relação física com os estuários amazônicos existentes no litoral do Pará e Amapá, na medida em que os sistemas hídricos dos rios em sua vazão intercambiam entre si sedimentos e nutrientes contribuindo para a renovação da biodiversidade, refletindo-se, conseqüentemente, na dinâmica costeira e na dinâmica social das comunidades humanas litorâneas. Os estuários dos rios Amazonas, Marapanim (município homônimo), Mojuim (em São Caetano de Odivelas) e Caeté (Bragança) são exemplares.

Em referência ao rio Amazonas, sedimentos e nutrientes são carregados para o estuário fertilizando as águas e atraindo sazonalmente pescadores de diversas regiões (do litoral sul e litoral norte do Pará; das ilhas do Marajó, Caviana, Mexiana e outras menores; das reentrâncias do estuário amazônico, como a ilha do Capim e de outras) para determinados *pontos* onde o esforço de pesca (as pescarias) resultam em melhores resultados que em outras áreas. Não raro enfrentam a concorrência de pescadores da frota industrial que adentram nos territórios de pesca de pescadores tradicionais, como no estuário amazônico, gerando conflitos nessa região, pela disputa de recursos dos pesqueiros. Em décadas passadas entre esses recursos disputados destacava-se a piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*), rara atualmente no estuário amazônico.

Peixes, crustáceos e moluscos são objetos da intervenção antrópica nesses mananciais costeiros/estuarinos tanto pela pesca “artesanal” ou tradicional quanto pela industrial.

A Figura 1 (Ibama 1994:89) ilustra a área de ocorrência da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillanti*) hoje feita quase que exclusivamente pela frota industrial numa área rica em pescado.

A Figura 2 (Ibama 1992:30) mostra a área de ocorrência do camarão-rosa (*P. subtilis*) também de acesso exclusivo da frota industrial.

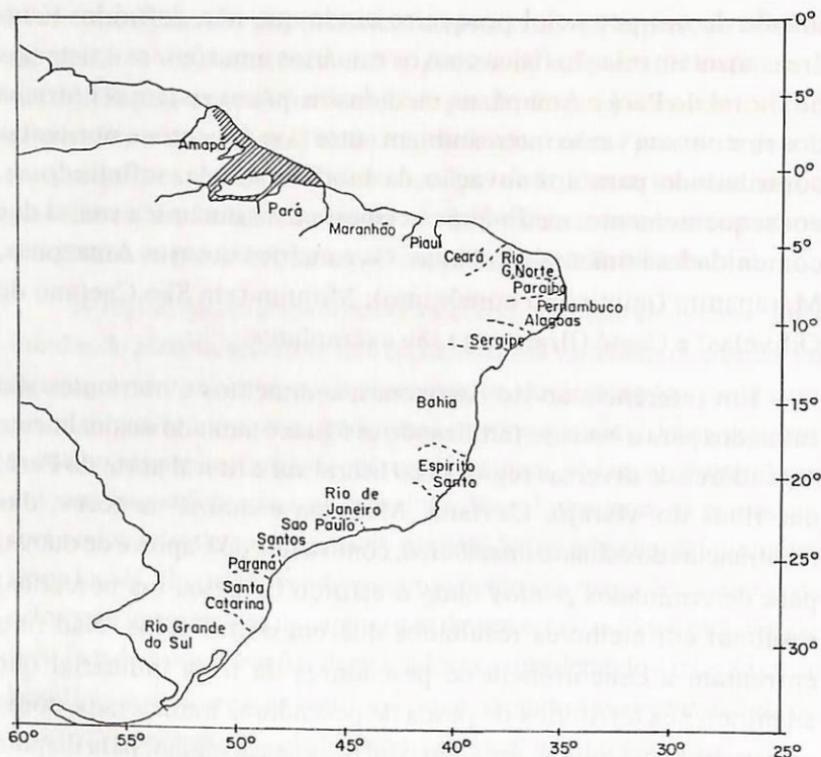


Figura 1 - Área de ocorrência da piramutaba (*Brachyplatistoma vaillantii*) no estuário amazônico (Ibama 1994).

A pesca artesanal de camarão ocorre na ilha de Marajó, em algumas áreas do Amapá e do interior do estuário paraense, nos municípios de Afuá, Abaetetuba e adjacências. Nessa região é notória a captura de camarão-d'água-doce (*Machobrachium*) e “nas faixas próximas da linha da costa e, particularmente, em toda a área a leste da embocadura do rio Pará, onde ocorre a captura das espécies marinhas, exceto o *P. brasiliensis*” (Isaac, Dias Neto & Damasceno 1992:29).

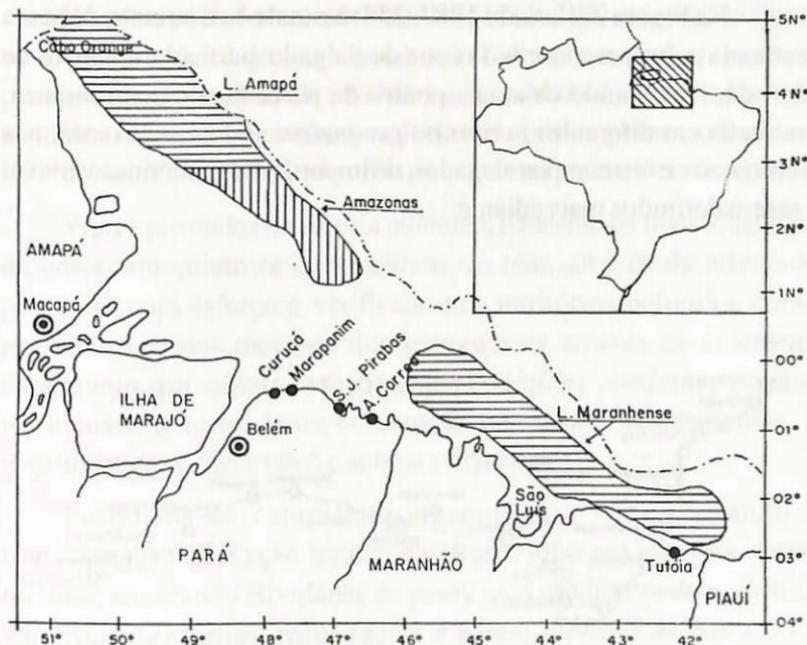


Figura 2 - Área de ocorrência do camarão-rosa (*P. subtilis*) no litoral paraense e maranhense (Ibama 1992).

Para efeito desta análise concebe-se as águas costeiras, na perspectiva da influência da corrente equatorial, que desvia grande parte da descarga da bacia amazônica para NW, ao longo da costa do Amapá. Segundo Isaac & Barthem (1995:308) esse fenômeno “associado aos diferentes tipos de sedimentos da foz e plataforma amazônica, propicia a formação de ambientes que podem ser categorizadas em quatro regiões pesqueiras distintas: *salgado*, *baía* e *ilha de Marajó*, *foz amazônica propriamente dita ou estuário* e *região Norte*”. Ao mesmo tempo, esse fenômeno corresponde à representação de pescadores marítimos e ribeirinhos quanto à nomeação das áreas ao longo do litoral amazônico conhecido.

Na Figura 3 (Furtado 1987: 238) assinala-se o circuito de pesca praticada pelos pescadores da zona do Salgado, particularmente os de Marudá, localizando os atuais pontos de pesca nessa área litorânea, praticada em diferentes *pontos* ou *pesqueiros* ao longo da costa, nas reentrâncias e nos campos alagados, de importância econômica variável a serem definidos mais adiante.



Figura 3 - Circuito de pesca tradicional no litoral da zona do Salgado e costa norte, (Furtado 1987).

No *Salgado ou região do Salgado*, que situa-se no nordeste do Pará, entre a Ponta da Tijoca, ao norte do município de Vigia, e o golfão maranhense, os pescadores têm um papel relevante na economia local e regional, nas quais grande parte do pescado é oriundo dessa região. A nomenclatura associa-se à influência das águas salgadas do Atlântico, que banham a orla marítima do litoral paraense, cuja *cunha salina* adentra variavelmente nos rios, igarapés, enseadas e baías, durante a estação estival, entre julho e dezembro e na estação chuvosa entre janeiro e junho, atribuindo variações na disponibilidade de *peixe de água salgada e de água salobre*.

Na concepção de Isaac & Barthem (1985: 308) esta região situa-se “a leste do farol de São Caetano de Odiveiras e margeia a costa paraense até a quase baía de São Marcos”, no Maranhão. Nesse trecho, atualmente, diversos *pesqueiros* foram definidos pelos pescadores nativos da orla marítima e dos rios que nascem no interior da região.

Vilas e povoados dessa orla atlântica, e mesmo os mais afastados da costa, apropriam-se dos recursos do mar, através da atividade pesqueira cujo esforço é verificado nos territórios definidos como *pesqueiros*, e dos recursos dos manguezais através da coleta de caranguejo, principalmente da espécie *Ucides cordatus*, plantas medicinais, madeira (para construção de currais, casas, cercas, e instrumentos de percussão) e animais silvestres.

Pesquisas de campo em antropologia vêm atestando a transformação de função tradicional dessas vilas em logradouros de turismo, mesclando atividades de pesca com atividades de comércio varejista (mercearias, restaurantes e bares, serviços de caseiro ou vigilância doméstica, construção civil, pousadas, parques de estacionamento) quase sempre administradas por moradores de fora. Esse processo que tem causado alterações no modo de viver das comunidades e riscos ao meio ambiente ao que todavia, a população local rege com reivindicações de políticas setoriais participativas e adequadas, e formas de educação ambiental mais permanentes inseridas nos currículos escolares.

Apesar do potencial turístico que a região oferece, tais atividades vêm se desenvolvendo de uma forma desordenada como um enorme descompasso entre a conservação dos recursos naturais e benefícios à população nativa em termos de geração de renda mais efetiva. A carência de políticas setoriais, que contemple as especificidades sociais e ambientais da região do Salgado, é um fator que gera conflitos sociais, cujos desdobramentos aparecem sob a forma de insatisfação da população local, por não contar com serviços básicos eficientes e

permanentes, tais como, transporte, saúde, incentivos à atividade pesqueira e de aquicultura, comunicação, saneamento, educação alternativa, insumos à produção para gerar alternativa de renda. Sem contar, ainda, com a exclusão da população nativa de seus espaços de moradia e trabalho e do próprio processo político, poluição de praias, exacerbação de lixo nas praias e bairros locais, degradação de dunas e restingas.

Essa região é rica em *pesqueiros*, cujas pescarias ocorrem no verão e no inverno amazônicos, segundo os circuitos dos pescadores regionais. A pesca comercial, por pescadores nativos e de fora, se intensifica principalmente no inverno, favorecida pela forte descarga do Amazonas que empurra a água salobra para leste do Pará, sentido litoral-sul.

Nessa época a exploração comercial visa às espécies de valor no mercado, tais como, as citadas no quadro 1, cujos dados são fundados em Castilho (1978), Furtado (1987), Ivo & Hanson (1982) e Silveira (1979).

A lagosta e o pargo são capturados pela frota industrial, cujos *pesqueiros* não são acessíveis às condições limitadas da frota artesanal.

Nessa área do *Salgado*, destacam-se atualmente como *pesqueiros* privilegiados pelos pescadores, os indicados no quadro 2, os quais extrapolam os limites dessa zona fisiográfica para atingir outras zonas costeiras como as que incluem o estuário amazônico e as ilhas do Marajó, Caviana, Mexiana e Costa Norte. Essa transposição de territórios fisiográficos demonstra que os territórios de pesca, através dos *pesqueiros*, mediam o uso dos recursos comuns disponíveis nos complexos hidrográficos e, ao mesmo tempo, quebram a noção do vazio demográfico no mar costeiro e, conseqüentemente, da “não-utilização” desse mar por pescadores tradicionais.

São valorizadas, nessa região, as temporadas de pesca para o “norte” na estação do verão, quando os pescadores se deslocam para a baía do Marajó, atingindo até mesmo as proximidades de Macapá.

Quadro 1 - Espécies mais capturadas pela pesca comercial no salgado, litoral paraense.

Especificação do Local	Definição Científica
Dourada	<i>Brachyplatystoma flovicans</i>
Pescada amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>
Tainha	<i>Mugil spp.</i>
Gurijuba	<i>Arius parkeri</i>
Uritinga	<i>Arius proops</i>
Xaréu	<i>Caranx hippo</i>
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>
Mero	<i>Epinephelus itajara</i>
Bagre	<i>Arius couma</i>
Enchova	<i>Pomatomus saltator</i>
Cangatá	<i>Arius quadricustis</i> e <i>A. phrygiatus</i>
Caçã	<i>Carcharhinus porosus</i> e <i>C. Leucas</i>
Pescadinha gó	<i>Macrodon ancylodon</i>
Caranaçu	<i>Lobotes surinamensis</i>
Bandeirado	<i>Bagre bagre</i>
Lagosta	<i>Panulirus argulus</i>
Pargo	<i>Lutjanus purpureus</i>

A baía e ilha de Marajó é outra região de relevância pesqueira. É formada pelas águas oriundas dos rios Tocantins, Pará e Amazonas, cujos limites estão entre o farol de São Caetano (a leste), o Cacho do Maguari (a noroeste) e a ilha de Marajó propriamente dita (a leste) (Egler & Schwassman 1962; Schwassmann *et al.*, 1989 *apud* Isaac & Barthem). É importante para a atividade pesqueira, pelo potencial ecossistêmico representado pela biodiversidade presente na costa e águas interiores. Região de grande atrativo para pescadores artesanais, particularmente na baía de Marajó (temida pelas travessias em barcos pequenos). Reconhecida por biólogos como zona pesqueira de grande importância, pelo fato de ser forte abastecedora do mercado de Belém, além de secularmente fornecer alimento e emprego a diversas pessoas das vilas e povoados da ilha de Marajó e adjacências.

Quadro 2 - Pesqueiros freqüentados pelos pescadores que residem em vilas, povoados e ilhas da zona do salgado.

Pesqueiros freqüentados	Áreas de origem dos pescadores
Vaca	Município de Marapanim
Canal do Navio	Município de Marapanim
Anjo	Município de Marapanim
Anjinho	Município de Marapanim
Ponta de Algodoal	Município de Maracanã
Romana	Município de São Caetano de Odivelas
Itapuá	Município de Vigia
Abade	Município de Curuçá
Ponta do Matapi	Município de Maracanã
Rio Maracanã	Município de Maracanã
Ponta do Simão	Município de Maracanã
Ponta do Marco	Município de Maracanã
Ponta da Marieta	Município de Maracanã
Mangiricão	Município de Maracanã
Canal do Navio	Município de Maracanã
Ponta de Ajuruteua	Município de Bragança
Maguari	Litoral da ilha de Marajó
Pepéua	Litoral da ilha de Marajó
Croinha	Litoral da ilha de Marajó
Machadinho	Litoral da ilha de Marajó
Salgado	Litoral da ilha de Marajó
Castelão	Litoral da ilha de Marajó

Aí há alterações na salinidade da água. No inverno é totalmente doce e acentuadamente salobre no verão, o que é constatada por especialistas no assunto (Barthem 1985).

Os *pesqueiros* distribuem-se ao longo da costa marajoara, freqüentados pela pesca comercial, e adentrando rios e lagos regionais, os quais exercem atrativos também em pescadores comerciais além dos pescadores tradicionais residentes nas vilas e povoados da área, disputando recursos comuns.

Nas costas de Soure, Salvaterra, Joanes, Aranaí, encontram-se antigos *pesqueiros*, hoje denominados de *pontos de pesca* definidos pela pesca artesanal dessa área que, segundo entrevista com associados do Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE) e Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA), estão sendo afetados pela presença de fatores antrópicos, resultando na escassez do pescado, embora não possam precisar as origens dos *pesqueiros*.

Nesse contexto marajoara, o quadro 3 apresenta algumas espécies já identificadas e que são alvo da pesca comercial nessa região, cuja frota ainda segue o modelo artesanal, mesmo que já possua propulsão motorizada.

No período colonial os *pesqueiros* dessa região eram administrados pela Fazenda Real, e freqüentados pelas *Companhias de Pesca*, as quais contavam com a mão-de-obra indígena, além de soldados e “pescadores particulares”. Dentre esses destacam-se:

a) *Pesqueiros de tartarugas marinhas* localizados ao longo do litoral paraense e amapaense, nas praias das ilhas de *Acaju-tua*, na baía de Cajutuba, entre os municípios de Curuçá e Marapanim; *Muraítua*, a nordeste da ilha dos Porcos, na foz do rio Amazonas, *Iuaiuru-tua*, a sudeste da ilha de Bailique na costa amapaense; *Cambu*, a sudeste da ilha do Marajó; *Umiri-tua*, *Arara-tua*, na ilha das Araras entre as ilhas do Pará, Bagre e Rosa no sudeste da ilha do Marajó; *Fracheira*, ao norte da ilha do Marajó e de *José-João*.

Nestas praias, os pescadores (índios e caboclos), sob o controle da Fazenda Real, faziam seus *tijupares* (ranchos) para as temporadas ou *campanhas de pesca*.

b) *Pesqueiros de peixe-boi*, estes *pesqueiros reais* foram encontrados até a segunda metade do Século XIX, na foz do rio Amazonas, nos rios da ilha do Marajó, na baía de Majapatá e na foz do rio Tocantins.

Quadro 3 - Espécies capturadas pela pesca comercial na região da baía e ilha de Marajó.

Nomenclatura Local	Determinação Científica	Estação
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillanti</i>	Verão
Dourada	<i>Brachyplatystoma flavicans</i>	Verão
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Verão
Piraiba	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Verão
Bacu	<i>Lithodoras dorsalis</i>	Verão
Pescada Branca	<i>Plagioscion squamosissimus</i>	Verão
Pescada Preta	<i>Plagioscion auratus</i>	Verão
Pescada Cascuda	<i>Plagioscion sp.</i>	Verão
Tubarão	<i>Carcharinus porosus</i> e <i>Charcarinus leucas</i>	Inverno
Arraia Bicuda	<i>Dosyatis guttata</i>	Inverno
Pirapema	<i>Tarpon atlanticus</i>	Inverno
Gurijuba	<i>Arius parkeri</i>	Inverno
Uritinga	<i>Arius proops</i>	Inverno
Bagre	<i>Arius couma</i>	Inverno
Bandeirado	<i>Bagre bagre</i>	Inverno
Camorim	<i>Centropomius parallelus</i>	Inverno
Timbira	<i>Oligoplites palometa</i>	Inverno
Xaréu	<i>Caranx hippo</i>	Inverno
Carauçu	<i>Lobotes surinamensis</i>	Inverno
Peixe-pedra	<i>Geniatremus luteus</i>	Inverno
Pescada amarela	<i>Cynoscion acoupa</i>	Inverno
Corvina	<i>Cynoscion microlepidotus</i>	Inverno
Macrodon	<i>Macrodon ancylodon</i>	Inverno
Tainha	<i>Mugil spp.</i>	Inverno
Serra	<i>Scomberomorus brasiliensis</i>	Inverno

Fonte: Isaac & Barthem (1995:309).

Nestes pesqueiros usavam-se rede, arpões, arco e flecha. Tão importantes eram as pescarias que no governo de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, foi estabelecido o primeiro Pesqueiro Real, em junho de 1692, na boca do rio Cajuana, no Marajó, antiga Ilha Grande de Joanes, no qual abundava tainha (*Mugil spp.*) e gurijubas

(*Arius parkeri*), para atender às necessidades da Real Fazenda (Baena 1969:123; Furtado 1981:5-13). Esse *pesqueiro* contribuía à subsistência da cidade e de muitos lugares da então Capitania (Veríssimo 1970:110). Entre 1820 e 1825 esse *pesqueiro* talvez ainda existisse, já então chamado “*Pesqueiro Nacional*”, localizado entre o cabo Maguari e a vila de Soure, com um território de 13 léguas (ibid.).

Olhando o mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes adaptada do mapa de Kurt Nimendaju (1944), constata-se uma rica distribuição de povos indígenas às cercanias do litoral e dos rios do Pará e Amapá, da qual infere-se a existência de uma relação entre terra e água, certamente mediatizadas pelas formas de manejo desses grupos, de afiliação lingüística variada. O quadro 4 aponta para essa presença, considerando a área costeira entre o estuário do rio Pará no entorno de Belém, e a foz do rio Oiapoque, com base em Nimendaju.

A foz do rio Amazonas propriamente dita, ou *estuarina*, é uma outra área pesqueira. Fica ao norte da ilha do Marajó, recebendo o maior ponto de descarga de água doce. Para ela afluem pescadores de outras áreas em busca de dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) e pescada (*Plagioscion squamosissimus*).

Abaixo dessa região no estuário do rio Pará, em direção à baía do Guajará, encontram-se *pesqueiros* descobertos secularmente e que ainda hoje permanecem como fonte de produção de pescadores ribeirinhos residentes em municípios vizinhos à cidade de Belém, particularmente nos de Abaetetuba, Barcarena, Igarapé Miri e ilha do Capim.

Em geral, esses territórios de pesca situados nesses municípios da foz do rio Pará, para algumas pessoas (inclusive cientistas) não são considerados como área nobre de pesca, relegados a um *status* inferior em relação ao valor comercial. Entretanto, são territórios de pesca importantes para sustento familiar dos pescadores ribeirinhos que somam mais de 200.000 pescadores efetivos no Pará.

Quadro 4. Distribuição dos grupos indígenas próximos a mananciais estuarinos litorâneos que têm sido utilizados como bases de referências pesqueiras.

Nome dos Grupos	Localização	Data referenciada por Kurt Nimendaju em relação a documentação do grupo	Afiliação Lingüística
Tupinambá (Sec. XVII)	Desde os rios Caeté, Maracanã, Belém, Moju e Tocantins	1619	Tupi
Aruã (Sec. XVII)	Norte da ilha do Marajó, Ilhas Caviana, Mexiana, Cabeceiras do rio Anajás	1816	Aruak
Palikur	Sudeste do Amapá, acima de Macapá no estuário amazônico	1500	Aruak
Arawak	Nordeste do Amapá	1691	Aruak
Aruã	Baixo curso do rio caciporé e rio Uaçá	-	Aruak

Essa consciência, que inferioriza os territórios de pesca, está associada ao desconhecimento da existência de diferentes níveis de atividades pesqueiras quanto ao esforço de captura e ao destino da produção. Na região, esse esforço é menor e tecnologicamente mais simples em relação à pesca praticada em escala comercial (mais intensa e tecnologicamente mais complexa). Porém, o produto direciona-se para o conjunto dos grupos domésticos e para as demandas de outros centros consumidores como Belém e cercanias.

Nessa região, a maioria dos pescadores atualmente pesca para seu próprio consumo e de sua família, separando uma parte para comercialização na vila e povoados do entorno de suas moradias. Mesmo assim, devem ser consideradas áreas onde estão presentes *pontos de pesca* que devem ser reconhecidos e preservados em favor de reprodução social dos grupos de pescadores ribeirinhos que lá habitam, e em favor da continuidade de sua *territorialidade* construída com os saberes tradicionais herdados de seus antepassados.

A figura 4 indica esses “pontos” ou *pesqueiros* descobertos e hoje conservados como importantes fontes de produção pesqueira. Os mesmos foram levantados por ocasião em que se realizava pesquisa de campo, para elaboração de laudo antropológico solicitado pelo Ministério Público do Pará, relacionando ao naufrágio de uma balsa a serviço da Texaco no rio Pará, município de Barcarena.

Note-se que os *pesqueiros* ou *pontos de pesca* estão assinalados por asteriscos (Figura 4) e estão próximos dos locais onde a equipe de pesquisadores do Museu Goeldi estava trabalhando em abril de 2000, colhendo dados sociais e amostras do óleo vazado com o naufrágio da balsa. Por oportuno, ressalta-se que naquela ocasião deparou-se com noções etnocêntricas que desvalorizavam o rio Pará na área do naufrágio como território de pesca, tais como, “área sem valor para a pesca”, “sem nenhuma expressão pesqueira”, “sem expressão comercial” etc. A pesquisa da equipe antropológica, porém, revelou a presença de *pontos de pesca* justamente na área que correspondia a impactos resultantes daquele acidente, entre a baía do Tocantins e a foz do rio Pará. Cita-se o fato como alerta para maior identificação de territórios para qualquer metas de zoneamento. Como se pode visualizar, tais territórios de pesca estão localizados em área de risco pelo fato de terem às proximidades projetos industriais minero-metalúrgicos que constituem o complexo Albras-Alunorte, em Barcarena, portanto, sujeitos a impactos antrópicos.

Transpondo-se estes dados para o quadro 5, tem-se uma visão desses *pesqueiros* do rio Pará, às proximidades de Belém, no sentido rio abaixo, em direção de sua foz, os quais são respeitados por pescadores e líderes de povoados locais (destacando-se Itupanema, vila Nova, vila do Conde, vila de Beja, Arienga, Abaetetuba, ilha do Capim e outras) como importante fonte de produção pesqueira.

A região Norte ou “Norte”, como é chamada pelos pescadores, é uma área de grande piscosidade em camarões e peixes. Os pescadores artesanais freqüentam a orla marítima atrás de Gurijuba, pescada amarela e espadarte, entre as espécies indicadas nos quadros anteriores. Pescadores do Pará, Amapá e Maranhão fazem dessa região territórios de pesca.

Na região deltaica ou conhecida como região dos furos, onde se distribuem pequenas comunidades de ribeirinhos, a pesca é menor, mas não menos importante ou não menos “nobre” como classificam alguns. Há referências de abundância de peixes e camarões, capturados pela frota artesanal com instrumentos específicos para essa região. A degradação desse ambiente costeiro e estuarino, somando-se ao das águas anteriores, constituem sérios riscos à reprodução da biodiversidade e à continuidade do recurso para o consumo, ostenta piscosidade, áreas ou territórios de pesca dentro destes locais específicos, tradicionalmente conhecidos como *pesqueiros* ou *pontos de pesca*.

Quadro 5 - Pesqueiros no Pará no entorno de Belém.

Regiões abrangentes	Nomenclatura regional dos Pesqueiros
Município de Abaetetuba	<i>Bacia do Tocantins</i> <i>Ilha do Capim</i> <i>Pesqueirinho</i>
Município de Barcarena	<i>Trupos</i> <i>Macau</i> <i>Fortaleza</i> <i>Beira de Itupanema/Caripi</i> <i>Beira de Itupanema</i> <i>Popoca</i> <i>Ponta do Farol</i> <i>Rebujo do Arrozal</i> <i>Macau Arrozal</i> <i>Beirada do Arrozal</i> <i>Cotijuba</i>
Ilha do Marajó	<i>Baía de Marajó</i>

AVALIAÇÃO

Diferentemente dos *pesqueiros reais*, que eram administrados por funcionários da Fazenda Real, e freqüentados somente com autorização dessa instituição colonial, os *pesqueiros do presente* são utilizados pelos próprios pescadores segundo suas próprias escolhas, que os criaram e os incorporam ao seu cotidiano como espaços extintos de produção, não obstante às distâncias geográficas em que se encontram, em relação às moradias. Entretanto, desenvolvem suas atividades, no mar ou nos rios, lagos e igarapés, sob a égide de uma legislação que só recentemente ensaia a participatividade dos atores sociais da pesca. O gerenciamento de recursos pesqueiros, incluindo seus *pesqueiros* ou territórios de pesca, necessita da inclusão desse atores nesse processo de elaboração de portarias, decretos, enfim, no ordenamento de bacias e seus recursos. A experiência com os mananciais e seu entorno, a consciência da interação do meio rural com o meio urbano, da demanda dos mercados, e dos impactos a que estão sujeitos e que podem causar, são fatores que justificam essa inserção.

A descoberta dos *pesqueiros*, sua definição e manutenção se fazem segundo métodos e técnicas tradicionais no processo de apropriação e manutenção, guarda, quase sempre, um princípio de “segredo” como forma de continuidade da apropriação.

Nem sempre o local da configuração do *pesqueiro* é revelado com precisão por parte de seu dono, o que faz parte do jogo de força entre grupos de pesca. Quando o *pesqueiro* é revelado a alguém, este é, certamente, merecedor de confiança do proprietário. No livro *Pescadores do rio Amazonas*, no qual a autora apresenta um estudo antropológico de pesca ribeirinha, descreve o processo de criação de um *pesqueiro* por pescadores ribeirinhos amazônicos, o qual é recorrente tanto nas águas interiores quanto nas costeiras. Em ambos, esse princípio, métodos e técnicas de criação e conservação do *pesqueiro* são factíveis e permanecem com traços do passado.

Os territórios que configuram os *pesqueiros* ou *pontos de pesca*, merecem ser preservados, tanto pela biodiversidade presente, quanto pelo uso das populações locais, contemporâneas e futuras, independentemente de volume e destino da produção. Não somente a diversidade da ictiofauna existente requer esse procedimento, mas a de fauna e flora interagentes que dependem das *funções* e *substâncias* do mesmo ecossistema.

Reconhecer este fato é um dado positivo no sentido da avaliação da relação homem-meio ambiente, no sentido de encontrar mecanismos e formas de monitoramento para o uso sustentável dos recursos, através da intervenção antrópica com o mínimo de impacto. Afinal, reconhece-se que uso dos ambientes aquáticos, como outro qualquer, acarreta riscos que, se não avaliada sua intensidade e monitorada sua dinâmica, podem agredir o seu conteúdo. Neste início de século, urge se perseguir e se consolidar os caminhos que levam à busca de um equilíbrio entre uso responsável dos recursos e sua renovação, em benefício das gerações futuras. Esta ação evidentemente envolve ética, postura política, conhecimento científico acrescido do etnoconhecimento. Assim, conseguir-se-á sair do discurso e passar à prática da sustentabilidade ambiental em favor dos povos que usam mais diretamente os ambientes aquáticos através dos territórios de pesca aqui discutidos. Só assim, poder-se-á vivenciar um modelo de desenvolvimento durável ou sustentável, como o concedido por Sachs (1993: 14-35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAENA, A.L.M. 1969. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém, UFPA, 395p. (Coleção Amazônia, Ser. José Veríssimo).
- BARTHEM, R.B. 1985. Development of comercial fisheries in the Amazon basin and consequences for fish stocks and subsistence fishing. In: CLUSENER-GODT, M. & SACHS, I. *Brazilian perspectives on sustainable development of the Amazon region*. Unesco, p. 175-204. (Man and the Biosphere Séries, 15).
- FURTADO, L.G. 1981. Pesca Artesanal: um delineamento de sua história no Pará. *Bol. do Mus. Par. Emílio Goeldi, sér. Antropol.* (79):1-50.
- FURTADO, L.G.; NASCIMENTO, I.; ALENCAR, E.F. & MOREIRA, E.S. 1998. Lago Grande de Monte Alegre: relato sobre gente e ambiente e conflitos sociais no Médio Amazonas. *Bol. Mus. Emílio Goeldi, ser. Antropol.*, 14 (1):21-95.
- IBAMA. 1994. Camarão Norte e Píramutaba. *Relatórios das reuniões dos Grupos Permanentes de Estudos-GPE's*. Brasília, IBAMA. p.150.
- ISAAC, V.J. & BARTHEM, R.B. 1995. Os recursos pesqueiros da Amazônia Brasileira. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, sér. Antropol.*, 11(2):295-339.
- ISAAC, V.J.; DIAS NETO, J. & DAMASCENO, F.G. 1992. *Camarão-Rosa da Costa Norte. Biologia, Dinâmica e Administração pesqueira*. Brasília, Ibama/Secretaria do Meio Ambiente, p. 187.
- SACHS, I. 1993. *L'écodeveloppement. Alternatives économiques*. Paris, Syros, 120p.
- SILVA, L.G. 1988. *Os pescadores na história do Brasil. Colônia e Império*. Petrópolis, Vozes, 222p.
- VERÍSSIMO, J. 1970. *A pesca na Amazônia*. Belém, UFPA, 130p. (Coleção Amazônia, Ser. José Veríssimo).

Recebido em: 07.01.02
Aprovado em: 26.06.02